

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA INFORMAÇÃO

Caroline Rippe de Mello Klein

**ROBERTO CAMPOS E A ESCRITA SOBRE SI: UM ESTUDO DA MEMÓRIA**

Porto Alegre

2012

Caroline Rippe de Mello Klein

***ROBERTO CAMPOS E A ESCRITA SOBRE SI: UM ESTUDO DA MEMÓRIA***

Monografia realizada como pré-requisito para a conclusão do curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria

Porto Alegre

2012

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**  
**BIBLIOTECA DA FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO DA**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**

---

K641r Klein, Caroline Rippe de Mello  
Roberto Campos e a escrita sobre si: um estudo da memória / Caroline Rippe de Mello Klein. 2012.  
f.  
Orientadora: Ana Carolina Gelmini de Faria.  
Trabalho de conclusão (graduação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. Curso de Museologia. Porto Alegre, 2012.

1. Campos, Roberto de Oliveira. 2. Memória. 3. Discurso político. I. Faria, Ana Carolina Gelmini de. II. Título.

CDU: 930.85

---

Caroline Rippe de Mello Klein

## **ROBERTO CAMPOS E A ESCRITA SOBRE SI: UM ESTUDO DA MEMÓRIA**

Monografia realizada como pré-requisito para a conclusão do curso de Museologia da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ana Carolina Gelmini de Faria

Aprovada em 17 de dezembro de 2012.

Banca Examinadora:

---

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Ana Carolina Gelmini Farias  
UFRGS – Departamento de Ciências da Informação

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Zita Rosane Possamai  
UFRGS – Departamento de Ciências da Informação

---

Prof<sup>ª</sup> Dra. Jeniffer Alves Cutty  
UFRGS – Departamento de Ciências da Informação

Através dos séculos existiram homens que deram os primeiros passos, por novas estradas, armados com nada além de sua própria visão.

*Ayn Rand*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora Ana Carolina Gelmini, a querida Carol, que me auxiliou durante toda a escrita e suas correções minuciosas nesse trabalho de conclusão. A professora Jeniffer Cutty por todo apoio durante a graduação, oportunidades que me ofereceu como bolsista e pesquisadora durante a graduação, com valorosas dicas e conselhos. Sem esquecer também da professora Zita Possamai, que me possibilitou atuar como tutora e monitora em suas disciplinas, o que me forneceu valorosas oportunidades acadêmicas, agradeço seus conselhos, paciência e principalmente os emails estimulantes de cursos de aperfeiçoamento acadêmico. Enfim, agradeço a todas essas mulheres, professoras e grandes mestres que tive a oportunidade de conhecer durante minha estadia na UFRGS.

Agradeço a meus colegas e amigos fiéis que conheci na graduação – Priscila, Pedro e Caroline, que com toda a irreverência e parcerias que formamos, obtivemos sucesso em nossos trabalhos, rimos e partilhamos de aflições durante as provas e iniciações científicas, especialmente a minha parceira no “campo de batalha” a querida Piti.

Agradeço especialmente, e acima de tudo ao meu marido Adriano, que desde os tempos de namoro sempre me apoiou em meus estudos, foi um grande entusiasta para eu realizar o vestibular na UFRGS, inclusive me relembrando conteúdos da área de “exatas” para que eu obtivesse sucesso no mesmo, além das caronas para as saídas de campo da museologia que fazíamos por conta.

Por fim, reconheço que afinal estou rodeada de pessoas valorosas e de caráter excepcional, e com a ajuda delas aprendi que uma pessoa não se constrói só, sempre precisamos do auxílio das demais para ultrapassar as pedras que aparecem em nossos caminhos.

## **RESUMO**

O presente estudo se constitui em analisar a constituição do discurso do político Roberto Campos através de suas memórias, expressas na obra “Lanterna na Popa”. Essa pesquisa anseia por mostrar a lógica presente nessas memórias, mostrando Campos como um agente e homem de seu tempo, revelando quem foi esse personagem e a sua construção sobre si através de uma narrativa expressa no livro, em conjunto com fotografias de época. Portanto, o trabalho se baseia em mapear as representações desse político, através de uma escrita sobre si.

Palavras-chave: Roberto Campos, Política, Memória, Discurso, Museu Interior.

## **ABSTRACT**

The present project is studying the constitution of the political discourse of Roberto Campos through his memories, the work expressed "A Lanterna na Popa". This research show craves logic present in these memoirs, showing Campos as an agent and a man of his time, revealing who this character was and its construction on itself through a narrative expressed in the book, together with photographs of the time. So the work is based on mapping the political representations that, through writing about themselves.

**Keywords:** Roberto Campos, Politics, Memory, Discourse, Interior Museum.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	9
<b>Capítulo I – Roberto Campos, um homem de seu tempo</b> .....	12
1.1.Análises de um “liberal” brasileiro .....	12
1.2.Reflexões, digressões e desabaços .....	17
1.3.Teorias deturpadas e ações controversas .....	25
<b>Capítulo II – Escritos de si e escrita da História na sua autobiografia</b> .....	34
2.1.Ampliando horizontes: o conceito de museu interior em diálogo com a autobiografia de Roberto Campos.....	34
2.2.Escritas de si na “Lanterna” .....	36
2.3.A autopropaganda de um governo militar .....	41
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	44
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	47

## INTRODUÇÃO

O propósito do presente trabalho é identificar a construção da identidade e das memórias que o intelectual Roberto Campos elaborou sobre de modo a se ver e ser visto pelos outros através de um perfil cuidadosamente elaborado. Para tanto, investiu em uma produção autobiográfica que consistiu em livros e artigos ilustrados e documentados, em que uma dessas obras são suas memórias, o livro *Lanterna na Popa* (1994), no qual narra a sua formação no Seminário Católico, objeto de estudo em questão. Todo esse “arquivamento de si” foi alvo das pesquisas que deram origem ao presente trabalho. Procurou-se, por um lado, analisar a imagem de si que Campos buscou construir e deixar para a posteridade enquanto uma memória a ser compartilhada pela coletividade, por outro, perceber como aspectos de uma trajetória individual e coletiva podem ser compreendidos com base nessas narrativas autorreferenciais.

Roberto Campos foi economista, diplomata, escritor e professor brasileiro nascido em Cuiabá, Mato Grosso, defensor incondicional das liberdades democráticas e da livre iniciativa há mais de 40 anos, enfaticamente pela redução do tamanho e da influência da máquina administrativa estatal nas atividades produtivas e da modernização das relações entre o Estado e a sociedade. Filho do professor Waldomiro Campos e de D. Honorina de Campos, formou-se em Filosofia (1934) e em Teologia (1937), nos Seminários Católicos de Guaxupé e Belo Horizonte.

Sem recursos financeiros para continuar na carreira eclesiástica foi morar e trabalhar no interior de São Paulo até que ingressou no Serviço Diplomático Brasileiro (1939) através de concurso. Lá conheceu e casou-se com Estella (1940) e o casal teve três filhos: Sandra, Roberto e Luís Fernando. Nomeado para trabalhar na embaixada brasileira em Washington, tomou gosto por economia e obteve o mestrado pela Universidade George Washington, Washington D. C (1945) e o doutorado pela Universidade de Columbia, Nova York (1949). No pós-guerra, ao lado de Eugênio Gudin, participou do Encontro de Bretton Woods, que criou o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, o FMI, e negociou os créditos internacionais do Brasil, como o financiamento da Companhia Siderúrgica Nacional, em Volta Redonda.

Como economista e diplomata foi conselheiro econômico da Comissão de Desenvolvimento Econômico Brasil-Estados Unidos (1951-1953), diretor, gerente geral e presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (1952 /1955 /1959), secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico (1956-1959) onde coordenou as ações econômicas do Plano de Metas do Governo Juscelino Kubitschek, professor das cadeiras de Moeda e Crédito e Conjuntura Econômica da Faculdade de Economia, Universidade do Brasil (1956-1961), embaixador itinerante para negociações financeiras na Europa Ocidental (1961), delegado a conferências internacionais, inclusive Ecosoc e Gatt (1959-1961), embaixador do Brasil nos Estados Unidos (1961), ministro de estado para o Planejamento e Coordenação Econômica (1964 -1967) no governo Castelo Branco, período em que criou o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o FGTS, a Caderneta de Poupança, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Estatuto da Terra, membro do Comitê Interamericano para a Aliança para o Progresso, representando o Brasil, Equador e Haiti (1964-1967), presidente do Conselho Interamericano de Comércio e Produção, a Cicyc, (1968 / 1970) e embaixador do Brasil na Corte de Saint James (1975-1982).

Na política partidária foi Senador da República, representando o Estado de Mato Grosso (1983-1990) e deputado federal pelo PPB do Estado do Rio de Janeiro, por duas legislaturas (1990-1998). Além de vários outros cargos em conselhos e entidades públicas e privadas, foi presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento, o COMUDES, da Cidade do Rio de Janeiro (1999) e membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o BNDES (1999). Entre grandes honrarias em vida recebeu o título de *Doutor Honoris Causa* da Universidade de Nova York, NY (1958) e da Universidade Francisco Marroquim, Guatemala (1996) e foi eleito (1999) para a Cadeira nº 21 da Academia Brasileira de Letras, em sucessão a Dias Gomes.

Publicou muitos trabalhos, artigos técnicos, relatórios sobre desenvolvimento e economia internacional, publicados em várias revistas e jornais, além de vários livros como *A Moeda, o Governo e o Tempo* (1964), *Política Econômica e Mitos Políticos* (1965), I (1967), *Reflections on Latin American Development* (1967), I (1968), *Ensaio Contra a Maré* (1969), *Temas e Sistemas* (1970), *Função da Empresa Privada* (1971), *O Mundo que Vejo e não Desejo* (1976), *Além do cotidiano* (1985), *Ensaio*

*Imprudentes* (1987), *Guia para os Perplexos* (1988), *O Século Esquisito* (1990), *Reflexões do Crepúsculo* (1991), *A Lanterna na Popa - Memórias* (1994), *Antologia do Bom Senso* (1996), *Na virada do Milênio* (1998) e outras como coautor, como *A Nova Economia Brasileira* (1974) e *Formas Criativas no Desenvolvimento Brasileiro* (1975), ambos com Mário Henrique Simonsen.

Morreu aos 84 anos, em sua casa, em Copacabana, na zona sul do Rio de Janeiro, de infarto agudo do miocárdio, quando estava dormindo, sendo seu corpo velado no salão dos Poetas Românticos da Academia Brasileira de Letras e enterrado no mausoléu da ABL no cemitério São João Batista, em Botafogo, na zona sul do Rio.

Foi selecionada para análise a obra sobre as memórias do autor, sua autobiografia *Lanterna Popa* publicada em 1994, que reúne os escritos do próprio Roberto Campos, documentos e imagens selecionadas por ele. Essa fonte faz parte da memorialística do autor, de forma a entender o processo político e o momento histórico em que se situou Campos, além de discernir a alcunha de neoliberal - denominado ao autor devido a sua ideologia.

Para compreender o pensamento de Roberto Campos deve-se partir da análise de suas idéias, em que se faz necessário constituir um contexto social adequado a elas que se pretende examinar, fazendo-se assim, uma ligação necessária entre a História Política e a História Econômica através das concepções do intelectual e de um processo no qual:

A historicização que pode seguir dois caminhos distintos [...]: o caminho do objeto e o caminho do sujeito, as origens históricas das próprias coisas e a historicidade mais intangível dos conceitos e das categorias por meio das quais tentamos entender as coisas” (JAMESON, 1992: 9).

Dessa forma, o presente trabalho foi dividido em dois capítulos de forma a leitura ser mais didática ao leitor. O primeiro capítulo aborda um pouco sobre a teoria e atuação política de Roberto Campos no Brasil, fazendo-se assim uma comparação e reflexão entre a realidade do Brasil em determinada época com seus escritos, sendo esse

capítulo dividido em três subcapítulos para ficar mais claro a exposição. No segundo capítulo é proposta uma articulação entre as memórias do autor expostas na sua autobiografia e o conceito museológico de “museu interior”, potencializando diálogos entre essas duas instâncias; nesse mesmo capítulo também é discutido a memorialística e a escrita de si presente em sua obra de maior destaque e objeto desse estudo, onde a temporalidade é um elemento norteador na sua produção, especificamente nesta:

Voltada ao estudo da interpretação, [o autor] reitera a importância da interlocução com o outro na compreensão de si mesmo. Sua teoria nos leva à reflexão do próprio conceito de sujeito, ao qual aderimos nesta tese e de um outro que é constitutivo desse sujeito (RICOEUR, 1991).

## **Capítulo I: Roberto Campos, um homem de seu tempo**

### **1.1 Análises de um “liberal” brasileiro**

A obra *Lanterna na Popa (1994)* pode ser analisada enquanto registros de um indivíduo, mas também um balanço da própria história do país. Analisar a escrita de Roberto Campos é mergulhar na construção de uma imagem de si e como este processo é operado em vista de uma memória a ser compartilhada enquanto história – em especial sobre o golpe de 1964 e o governo militar. Nos últimos 30 anos, a concepção de História começa a ser criticada sobre a forma que ela ordena e atribui sentido a um conjunto de fatos e eventos que aconteceram no passado. Dessa forma, uma maneira de localizar sujeitos na História é através das representações ou memórias coletivas, ou seja, a partir de uma abordagem que procura o sentido atribuído aos fatos passados por aqueles que, de uma forma ou de outra, estavam envolvidos com estes mesmos fatos, assim como complementa Myrian Sepúlveda (2003):

O passado é recuperado pelo presente através de processos de interação social. A compreensão do passado, neste caso, é composta de uma rede bem mais complexa de significados. São indivíduos em contato com outros indivíduos e em determinados contextos sociais que trazem o passado para o presente. O conceito de memória, portanto, nos permite entrelaçar passado e presente, por um lado,

ultrapassar a antinomia teórica clássica entre indivíduo e sociedade, por outro (SEPÚLVEDA, 2003: 273)

Por isso, podemos compreender através da obra das memórias de um sujeito, o seu pensamento, percepção ou prática que tenha o passado como sua principal referência. Nunca esquecendo que a memória é algo seletivo, envolvendo a subjetividade de quem a relata e seus esquecimentos, que podem ou não serem independentes de nossas vontades. Porém, é bom salientar que ainda em relação à memória podemos destacar que ela pode, e seguindo a linha de Halbwachs (2004), ela é coletiva, ou seja, o indivíduo não pensa e age apenas por si, mas por um conjunto de fatores que a sociedade produz e expõe a ele; por isso, ao realizar um trabalho com essa proposta a reflexão entre a história e a memória se torna primordial, a fim de não produzir ou induzir a erros historiográficos baseados numa subjetividade que o autor apresenta em suas memórias.

Portanto para compreender a orientação político-econômica para o país idealizada por Campos, deve-se entender também o que era esse novo modelo globalizado conhecido como ordoliberalismo, neoliberalismo ou Economia Social de Mercado – alguns nomes atribuídos posteriormente para essa teoria. Para os alemães da Escola de Friburgo no pós-guerra, “depois da Segunda Guerra, o ordoliberalismo (também conhecido confusamente, devido aos manifestantes antiglobalização como neoliberalismo) defende o capitalismo, mas diz que o Estado precisa regular fortemente o que não existe naturalmente<sup>1</sup>”, ou seja, moeda, políticas monetárias e tudo que tiver relação com essas instâncias. Dessa forma, essa doutrina alemã do pós-guerra, que também pode ser denominada de “terceira via” é expressa como uma espécie de “ordo” (ordem), em virtude de sancionar as falhas do mercado principalmente em relação à parte social.

Roberto Campos vivenciou o contexto da Guerra Fria, o antagonismo entre dois modelos norteadores de governo aparentemente opostos, nos quais cada um dizia-se benéfico e necessário para seu povo com êxito total, ao mesmo tempo em que, ambos taxavam uns aos outros como fracassos cambaleantes. Em outras palavras, a Guerra Fria

---

<sup>1</sup> Tradução livre da autora. Fonte: New York Times. DOUGHERTY, Carter. *Why Germany Prefers Regulation to Stimulus*. 06 de abril de 2009. Disponível em: <<http://economix.blogs.nytimes.com/2009/04/06/why-germany-prefers-regulation-to-stimulus/#more-6243>>.

significou a oposição entre dois modelos de sociedade – a capitalista e a socialista<sup>2</sup>, em que as “duas superpotências aceitaram a distribuição global de forças no fim da Segunda Guerra Mundial, que equivalia a um equilíbrio de poder desigual, mas não contestado em sua essência” (HOBSBAWN, 2003: 224). A URSS controlava uma parte do globo, que o exército vermelho e tropas de força militar estavam ocupando desde a II Guerra Mundial, já os EUA por outro lado, controlava a outra parte - o Ocidente, através do consumo, impulsionado pelas políticas econômicas americanas em vista de deixar sua balança comercial sempre favorável. Porém, mesmo aparentemente antagônicas e em conflito constante, as duas potências evitavam um confronto direto de forças, para não provocar outra Grande Guerra.

No caso do Brasil nesse contexto de Guerra Fria, certas autoridades governamentais, as elites econômicas e políticas se encontravam temerosas com relação ao regime soviético, tanto que muitos governantes e pessoas influentes como o próprio Roberto Campos aqui mencionado, sempre lutaram contra a inserção e as práticas de idéias oriundas da esquerda no país. Em termos econômicos, principalmente na década de 1950, “a poupança interna permanecia cronicamente baixa, mantendo assim também o investimento baixo. E o esperado capital estrangeiro para complementar o investimento nacional não era suficiente” (SKIDMORE, 1998: 205). Ou seja, o país não se inseria nem politicamente num regime que se propõe a ser de esquerda, tão pouco uma ordem econômica capitalista, pois o país tinha seus fundos e investimentos à beira da falência e não incentivava o mercado exportador, tal como o capitalismo necessita para ter seu funcionamento pleno.

Em termos de pensamento econômico, o antagonismo oferecido pela economia liberal de livre mercado, em relação à socialista de planejamento em todos os setores, parece ter encontrado a resposta numa espécie de “terceira via”, assim como Hélio Jaguaribe, por exemplo, propunha uma “economia mista”. Essa teoria sobre “economia mista” expõe que o Estado desempenharia um papel crucial no planejamento e nas intervenções, criando mecanismos para o controle de oferta e demanda, tendo como teórico fundador John Maynard Keynes em seus escritos sobre teoria macroeconômica<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> Quando menciono socialismo, me refiro ao socialismo empregado na União soviética (URSS), o qual ao longo de sua trajetória se mostrou um regime totalitário.

<sup>3</sup> A teoria macroeconômica está expressa na obra: *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda* (1936),

Inicialmente Campos se mostra partidário dessa teoria, apesar dele mesmo dizer em obra conjunta que esta teoria poderia:

Mutilar o potencial de poupança e [...] perpetrar a inflação e o subdesenvolvimento [...], pois a terapêutica *keynesiana* aplica-se muito bem a economias desenvolvidas em depressão, mas nunca a nações subdesenvolvidas com inflação (SIMONSEN, 1974).

Para Roberto Campos nos países desenvolvidos em que o processo de industrialização se deu com maior ênfase o planejamento estatal não foi tão profícuo, pois para ele, “o credo utilitarista e individualista se constituiu na principal força desenvolvimentista” (CAMPOS, 1974: 24). Segundo Simonsen:

Ao contrário do próprio Rostow, esse credo não se concentrou exclusivamente na promoção de motivação lucrativa e na defesa da propriedade privada, conforme a acusação marxista. Ao longo do tempo, o credo individualista e utilitário evoluiu no sentido da defesa da liberdade política e do voto unitário; implantou o controle de monopólios, desenvolveu uma legislação social que moderou o incentivo do lucro e tornou respeitável, senão dominante, a motivação do bem-estar; e finalmente criou o imposto de renda progressivo, como poderoso instrumento redistributivo e moderador da absorção da mais valia pelo capitalista (SIMONSEN, 1974: 24).

Os países considerados em desenvolvimento não possuem tendências a seguirem regimes governamentais teoricamente construídos de forma orgânica ou “pura”, podendo orientar-se entre ditaduras e democracias, devido à debilidade empresarial no setor privado segundo as concepções de liberais de autores citados anteriormente. Partindo deste princípio, Roberto Campos concede uma importância ao setor privado na economia, definindo que países nos quais o empresariado é debilitado são geralmente considerados “em desenvolvimento”, declarando que:

Um dos principais problemas da iniciativa privada na América Latina resulta do contínuo intervencionismo estatal e da imprecisão ou inconstância da delimitação de áreas e funções entre o setor público e privado (CAMPOS, 1972: 15).

---

sob autoria de John Maynard Keynes, que previa um maior controle do mercado pelo Estado, no qual a poupança, investimentos e renda devem ter um equilíbrio estável entre si. Sendo somente possível a realização desse planejamento através do controle sob a taxa de juros e demanda por moeda.



Roberto Campos atrelava ao índice de desenvolvimento da nação o fomento à industrialização devendo o Estado incentivá-la, o que caracteriza uma parte seu ideário desenvolvimentista e ordoliberal. Pode-se notar essa prática principalmente no segundo governo Vargas com a criação do Vale do Rio Doce em 1942 e criação da Companhia Hidroelétrica do São Francisco em 1945, quando o Estado intervém com recursos e mão de obra nacional nesses setores. E de forma mais clara o fomento à industrialização pelo Estado se deu no governo de Juscelino Kubitschek com o Plano de Metas, em que os “cinquenta anos de progresso em cinco” eram a representação da necessidade de uma rápida industrialização dos países ainda agrários como o Brasil, pois “o objetivo era unir o Estado e o setor privado numa estratégia de alto crescimento, com a finalidade de acelerar a industrialização e a construção da infraestrutura para sustentá-la” (SKIDMORE, 1998: 203).

Já nos anos de 1960 há uma preocupação maior com relação aos regimes que se autodeclaravam “revolucionários de esquerda”, pois a Revolução Cubana ocorrera em 1959 e a ideologia da esquerda tornava-se cada vez mais heterogênea e difundida, principalmente nas universidades. Porém em contrapartida havia setores mais conservadores, ao mesmo tempo em que eram simpáticos com o liberalismo econômico eram “protecionistas”. Cabe esclarecer que essa esfera conservadora que simpatizava com o liberalismo econômico se enquadra no “conceito plutocrático de liberdade e da disciplina<sup>4</sup>” proposto por Mannheim (1998).

Roberto Campos no ápice de credulidade das teorias keynesianas é muito crítico do governo de João Goulart, que para ele ameaçava não só a propriedade privada, mas a autonomia brasileira, pois acreditava que Jango iria instaurar uma “ditadura de esquerda”, opinião expressa nas mais variadas obras do autor compactuadas com as de Mario Simonsen, além de Goulart assumir a presidência com uma inflação de 34,7% em 1961, chegando a ponto de em 1964 a inflação atingir os 100%. Desta forma, logo houve o apoio de Campos ao golpe de 1964, pois o mesmo acreditava que uma revolução socialista estaria sendo arquitetada por João Goulart, e que os militares interviriam fazendo uma *contra-revolução*, pois:

---

<sup>4</sup> Esse conceito elaborado por Karl Mannheim consiste em quando uma classe limitada de ricos aplica ideologia liberal sem levar em consideração as mudanças sociais. A liberdade econômica deve ser expressa, diminuindo o papel do Estado. Porém a liberdade social é tolhida de certos grupos.

Havia dois golpes em marcha, o de Jango que viria amparado no dispositivo militar e nas bases sindicais, que cairiam sobre o Congresso, obrigando-o a aprovar um pacote de reformas e a mudança das regras do jogo na sucessão presidencial (GASPARI, 2002: 51).

Dessa forma, o golpe militar seria uma espécie de contra golpe em relação a Jango, alinhando-se às políticas de Castelo Branco (1964-1967), pois:

[...] a partir de 1964, face à ameaça de caos social que poderia descambar num autoritarismo de esquerda [...] surge como elemento de contenção do populismo distributivista, do regionalismo dispersivo e do personalismo político o golpe de 64 (SIMONSEN, 1974: 228).

Seguindo esse ideário de que Goulart iria implantar um regime socialista, Roberto Campos declarou que “na primeira parte dos anos 60 o Brasil perdeu seu ímpeto desenvolvimentista que tinha nos anos 50, por desastres políticos” (SIMONSEN, 1974: 25), criticando diretamente Jango. Neste sentido, apoiou as políticas do presidente Castello Branco, pois sua função era “reafirmar a autoridade para salvar a liberdade” (CAMPOS, 1968: 354), porque as medidas de Goulart de nacionalizar refinarias de petróleo privadas e desapropriar terras em prol da Reforma Agrária ameaçavam a economia principalmente, na visão de Campos.

## **1.2. Reflexões, digressões e desabafos.**

Em Roberto Campos percebe-se que para uma sociedade tornar-se moderna e industrializada certo grau de autoritarismo era inevitável, sendo um dos favoráveis da teoria da “contrarrevolução” e não do “golpe de 1964”. No caso de 1964 alguns militares consideravam a intervenção militar algo temporário, apenas para corrigir a indisciplina social, estancar a inflação e retomar o desenvolvimento, sendo considerado esse modelo de uma democracia participante com um executivo forte. Desta forma:

O Congresso expurgado prontamente elegeu [...] Castelo Branco [...]. Os tecnocratas eram liderados por Roberto Campos, diplomata e economista e destacado crítico do governo Jango em seus últimos tempos. Campos trazia consigo uma equipe de economistas e engenheiros, muitos dos quais tinham contribuído para a criação de um *think tank*, o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), no Rio de Janeiro e São Paulo. Eles assumiam o poder com idéias claras e

convencionais sobre como conter a inflação e restaurar o crescimento econômico no Brasil (SKIDMORE, 1998: 216).

Cabe acrescentar que Campos atuou efetivamente na economia brasileira no governo de Castello Branco até 1967, sendo sucedido por Delfim Neto no governo de Costa e Silva. No primeiro governo militar ocorreu o “milagre econômico” gerenciado por Campos, em que a inflação fora reduzida de 92% em 1964 para 28% em 1967, abrindo espaço ao *boom*, com uma média de expansão de 10,9%, possibilitando a oferta de crédito e crescimento no setor industrial posteriormente. Contudo, provocou desigualdades entre os trabalhadores e as regiões em relação à renda.

Para o autor um grande número da população brasileira não possuía capital suficiente para sua subsistência, algo que segundo ele se agravava pelo rápido crescimento demográfico, os quais faziam uma relação entre mão-de-obra e capital, mão-de-obra e terra, o que diminuía a vantagem competitiva e a remuneração do trabalho. Sendo assim deveria ocorrer uma industrialização lenta e gradual segundo Eugênio Gudín, outro conhecido liberal, pois a “economia brasileira, como a do restante da América Latina, sofria de baixa produtividade e pleno emprego, e não de especialização em atividades agrícolas e de desemprego” (BIELSCHOWSKY, 2002: 55).

Na sua obra *Lanterna na popa (1994)*, Campos avalia o processo desenvolvimentista a partir de uma ótica política de troca de poderes na presidência, considerando o golpe de 1964 como uma espécie de “mal necessário” que manteve a proeminência do Estado no desenvolvimento da economia do país e no controle dos atores políticos. Roberto Campos é uma figura política que, segundo Perez (1998) apresenta dois momentos distintos, o primeiro deles pode ser considerado mais nacionalista no sentido de redefinição política no pós-Segunda Grande Guerra, e o segundo voltado mais para uma razão de mercado, quando ao final de sua vida, Campos escreve em suas obras incluindo a autobiografia que assume ser um liberal convicto de suas idéias. Nessa direção, percebem-se os elementos de continuidade e descontinuidade em relação à experiência política autoritária responsável pelo ingresso do país em um acelerado processo de modernização.

Na sua transição da primeira à segunda fase, cabe esclarecer que a teoria do planejamento é algo menos concreto do que o projeto segundo Campos, possuindo suas diferenças entre os países de economia capitalista ou socialista, de cunho marxista ou liberal. Em países considerados subdesenvolvidos a teoria do planejamento segue uma linha distinta, devido às particularidades que seus setores apresentam. Há argumentos a favor da teoria do planejamento e contra, em que:

Um dos vários argumentos de que se lança mão para demonstrar a inevitabilidade do planejamento, e o mais frequente usado, é o de que as transformações técnicas tornaram impossível a concorrência em campos cada vez mais numerosos e só nos resta escolher duas alternativas: ou o controle da produção por monopólios privados, ou direção pelo governo (HAYEK, 1984: 78).

A teoria de planejamento adotada por Campos é a de Carl Landauer<sup>5</sup>, que se definiria como:

Uma orientação das atividades econômicas por um órgão comunal, mediante um esquema que descreve, em termos quantitativos assim como qualitativos, os processos produtivos que devam ser empreendidos durante um período de futuro prefixado (CAMPOS, 1963, 10).

Na crença de Campos, tanto o planejamento quanto a intervenção estatal são positivos aos países subdesenvolvidos, visto que um dos principais problemas do planejamento reside no setor empresarial, principalmente entre a empresa estatal e estrangeira: a estatal exige concentração de capital contra a alta tecnologia das estrangeiras, logo para corrigir essa debilidade do empresariado nacional, o Estado deve estimulá-lo através de auxílios, pois essa debilidade é fruto de uma má distribuição de renda associada à inexperiência dos profissionais da área. Inclusive devido a isso há órgãos de crédito internacionais voltados à pequena e média empresa, tal como o FUNDECE, FINAME e FIPEME<sup>6</sup>, constituindo assim uma espécie “nacionalização do crédito externo”.

---

<sup>5</sup> Carl Landauer (1891-1983) foi um professor emérito alemão que atuou na área de economia em diversos países, vindo a falecer nos Estados Unidos, último país que atuou. Em 1912 tornou-se membro do Partido Social Democrata alemão, foi quando começou a escrever sobre economia. No período da Segunda Guerra, lutou pela democracia e contra a ascensão do nazismo. Faleceu aos 92 anos, dois dias depois de publicar seu último livro.

<sup>6</sup> FINAME: Agência Especial de Financiamento Industrial é um órgão subsidiário ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), criado em setembro de 1964. Oferece

A teoria de Roberto Campos no denominado *segundo momento*, situa-se no regime militar e sofreu uma influência da Escola de Freiburg. Para essa escola econômica alemã, no âmbito de suas deliberações, ela tem por premissa o providencialismo, em que as ações econômicas dos indivíduos promovem sua prosperidade e o automatismo do mercado, composta por forças imanes, que regulam os setores econômicos. Cabe acrescentar que a teoria de Roberto Campos também foi influenciada pelo pensamento econômico de Mario Simonsen, o qual fora um dos fundadores do conhecido desenvolvimentismo em 1944, época onde “o planejamento e a industrialização emergiram no Brasil, portanto como questões extremamente politizadas” (SOLA, 1998: 75).

Dentre as teorias desenvolvimentistas, os aspectos mais destacados eram: o crescimento de salários e indústrias, expansão do mercado interno e as medidas de base na educação e saúde, medidas essas necessárias para que os países subdesenvolvidos pudessem obter alguma ascensão no cenário interestatal. Esse discurso será reavaliado e incorporado pela própria CEPAL posteriormente, chegando até 1952 com a criação do BNDE, com ativa participação de Roberto Campos na área técnica, onde o tão preterido investimento de capitais externos e ampliação do mercado interno foram uma das principais medidas realizadas por esse órgão de fomento ao empresariado industrial.

Cabe ressaltar que a ideologia do desenvolvimento toma forma com o governo de Juscelino Kubitschek, tornando-se uma preocupação frequente a partir da década de 1950 no Brasil e inclusive nos países no quais a taxa de crescimento vinha sendo mais elevada. O capital estrangeiro nessa década “é visto como necessário para acelerar o

---

financiamentos, sem limite de valor, para aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, através de instituições financeiras credenciadas.

FIPEME: Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa. Criado em 1964, e vinculado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o FIPEME torna-se uma unidade operacional com a reestruturação do banco, um sistema de apoio gerencial às micro e pequenas empresas.

FUNDECE: Fundo de Desenvolvimento da Educação e Capacitação Empreendedoras de micro-empresas. Tendo como objetivo, a geração de recursos financeiros exclusivamente para desenvolvimento de programas e projetos de formação e capacitação nas áreas de empreendedorismo, gestão, informação, tecnologia e inovação, objetivando a profissionalização e melhoria da competitividade das micro e pequenas empresas brasileiras.

aumento da renda”, dessa forma através dos investimentos desse capital se pensava que a taxa de crescimento se elevaria, porém:

O principal problema é a dependência tão forte das relações de intercâmbio, em que todo este processo *depousou*, e a influência muito pequena que uma economia como a brasileira é capaz de exercer para controlá-las ao seu favor (BNDE, 1957: 04).

Dos principais argumentos sobre apoio externo, havia uma corrente a favor da inserção do capital estrangeiro no governo de JK devido a uma necessidade técnica a fim de fortalecer a economia. Esse capital foi amplamente empregado na industrialização, para que o país se tornasse soberano e próspero no discurso. Para Juscelino, esse investimento na indústria terminaria com pensamento colonialista brasileiro em sua concepção, o nacionalismo se define pelo desenvolvimento de cunho anticomunista, pois se baseia na defesa da Nação e no repúdio a subversão, sendo que:

Num país como o Brasil, o que é colonizador é a ausência de investimentos, ausência de empregos e capitais. Não somos mais nação colonizável. Acreditar na possibilidade de sermos escravizados por influências do dinheiro estrangeiro é o mesmo que concluir pela nossa personalidade nacional e ao nosso caráter de povo formado (CARDOSO, 1977: 140).

No caso da presidência de Juscelino, essa ideologia do desenvolvimentismo toma forma e clareza em seus objetivos, pois havia uma maior preocupação com os países em crescimento como o Brasil na época. Por isso deviam-se lançar no mercado os produtos brasileiros, pois a partir do capital nacional seria gerada a exportação, porque essas relações com o mercado externo prejudicavam os países mais fracos economicamente.

Por sua vez, Campos se apresentou como um antinacionalista em suas obras; o autor acreditava que o nacionalismo mais se preocupa em distribuir riquezas do que em produzi-las, além de em outras instâncias ser quase xenófobo e, conseqüentemente excludente. Redistribui riqueza para os pobres, discrimina a agricultura e enaltece a indústria – atendendo aos interesses da classe média; tende a favorecer a propriedade coletiva e estatal para a socialização de empregos para a classe média emergente, dificultando em assegurar carreiras. Essa opinião de Campos é um contra-argumento ao nacionalismo moderado do governo Vargas, relacionado com:

A política de massas e com o estilo populista [...], em resposta ao processo de redistribuição de recursos políticos associado à concorrência eleitoral e à crescente integração das massas urbanas à vida política” (SOLA, 1998: 94).

Para que o liberalismo desse certo no Brasil, Campos declara que deveria haver uma modificação na mentalidade social da população, dizendo que “(...) as deformações de mentalidade são nossos verdadeiros inimigos. Há muito luto contra três deles: o *pseudonacionalismo*, o *pseudoigualitarismo* e o *pseudoliberalismo*” (CAMPOS, 1987: 05). O primeiro - o “pseudonacionalismo” – é caracterizado pela retórica agressiva em detrimento de uma opção pela solução mais eficaz, considerando suas barreiras, quase xenófobas com rejeição ao discurso e a prática liberal. O nacionalismo vivenciado por Campos em sua época concentrava os poderes econômicos e de mercado no Estado, declarando-se até mesmo antinacionalista, pois:

[...] se alguma coisa a história nos ensina é que a concentração do poder econômico no Estado acaba afirmando mais cedo ou mais tarde o pluralismo político, pois o poder nacional é uma categoria intuitiva como sendo, o poder de coerção que uma nação pode exercer sobre as outras, quer por métodos pacíficos, quer por métodos militares (CAMPOS, 1964: 37).

O “pseudoigualitarismo”, advindo pelo que Lord Action se refere como “fatal posição pela igualdade”, que promete assegurar o sucesso de todos enquanto se mostra possível ao Estado na melhor das hipóteses, facilitando o acesso do povo a certos setores, fazendo com que esse povo não saiba que paga através de impostos às benesses que recebe do governo, através do controle da informação. Porém baseado na teoria de Milton Friedman o liberalismo econômico é antecessor ao político, e uma possível igualdade viria *a posteriori*, tal como Friedman afirma no trecho a seguir:

[...] De um lado, a liberdade econômica é parte da liberdade entendida num sentido mais amplo e, portanto, um fim em si próprio. Em segundo lugar, a liberdade econômica é também instrumento indispensável para a obtenção da liberdade política (FRIEDMAN, 1985: 17).

O “pseudoliberalismo” é uma crença para que a liberdade étnica e econômica seja distinta. Por isso, não é concebível cogitar que existam países liberais sem que as

esferas sociais e econômicas sejam coerentes entre si, ou seja, livres. Fundamentalmente só há dois meios de coordenar as atividades econômicas, uma é a direção central utilizando a coerção – a técnica do Exército ou Estado totalitário, o outro é a cooperação voluntária dos indivíduos – a técnica do mercado. Portanto, se culturalmente a ojeriza entre os indivíduos continua a prevalecer, mesmo num país liberal para com sua economia, logo esse mesmo país não é liberal, mas sim um “pseudoliberal”, seguindo a perspectiva de Roberto Campos.

No caso do Brasil, muitos governos mostraram tentativas de aplicação de políticas parcialmente liberais e intervencionistas na economia. No segundo governo Vargas, mesmo sendo um Estado de Sítio, algumas dessas políticas liberais foram realizadas, tal como a criação da Comissão Mista<sup>7</sup> de estudos técnicos voltados à economia, contando não apenas com profissionais brasileiros, mas americanos também. Ainda no governo Vargas, foram selecionados técnicos nacionalistas da Assessoria Econômica<sup>8</sup>, mobilizados juntamente com os considerados cosmopolitas, o qual Roberto Campos fazia parte, “desse modo, os técnicos de um dos grupos puderam participar ativamente do processo decisório, embora articulados em arenas bastante distintas” (SOLA, 1998: 96).

Nessa comissão mista se teve na ala cosmopolita um teórico de idéias desenvolvimentistas e liberais de destaque – Eugênio Gudin, que em 1944 redigiu o Projeto de Lei que institucionalizou o curso de Economia no Brasil. Ao longo de 100 anos de vida, esteve presente no cenário econômico nacional atuando como delegado brasileiro na Conferência Monetária Internacional realizada em Bretton Woods (EUA), governador brasileiro junto ao Fundo Monetário Internacional de 1951 a 1956 e Ministro da Fazenda no governo Café Filho, onde “discutiui de forma qualificada os principais problemas econômicos brasileiros e procurou adaptar a teoria desenvolvimentista dos países desenvolvidos à realidade dos subdesenvolvidos” (TELEGINSKI, 2010: 01).

---

<sup>7</sup> Faziam parte desta Comissão: Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanh.

<sup>8</sup> Nessa Assessoria Econômica encontramos atuando os economistas: Cleanto Paiva Leite, Inácio Rangel, Roberto Campos e como informal Celso Furtado.



As concepções de nacionalistas e liberais tiveram seu ápice no debate entre Gudin e Simonsen. Gudin era interessado no comércio agro-exportador e também no setor agrícola, já Simonsen era mais preocupado em relação à indústria nascente. Simonsen desejava uma participação estatal mais efetiva na economia como planejador, produtor e protetor, Gudin via o intervencionismo estatal prejudicial à economia, sua “oposição ao planejamento consiste basicamente na questão do liberalismo econômico, pois considerava perigosa a intervenção do Estado na economia de forma a permitir concessões ao socialismo” (TELEGINSKI, 2010: 02). Inclusive em 1944, quando Vargas tinha dificuldades em manter o aparato do Estado Novo, Simonsen não questionou o excesso de autoridade presidencial nem o planejamento e a democracia. Porém Gudin proporcionou subsídios de oposição ao governo “associando habilmente intervencionismo econômico, ou sua possibilidade, o autoritarismo político”<sup>9</sup>.

Para Campos, que não seguia linhas ortodoxas fiéis a Simonsen, Gudin ou até mesmo a CEPAL, dentro de seu ponto de vista, o capital estrangeiro e a iniciativa privada têm papel fundamental, mas o “pseudonacionalismo” e o “pseudoigualitarismo” são vistos como empecilhos, pois eles se utilizam de medidas artificiais para deterem processos que seriam considerados naturais como o mercado, “pois infelizmente nem o evangelho, nem Karl Marx, nem os teólogos da libertação, nem o Diário Oficial conseguiram revogar a lei da oferta e da procura” (CAMPOS, 1986: 15).

Pode-se afirmar que Roberto Campos defendia a flexibilização do trabalho, tal como a salarial em 1974, que contava com reajuste alheio ao mercado, que era causa de inflação e diminuição do poder de compra. Conforme o autor, as intenções foram excelentes, mas os resultados ruins ou até negativos, porque os aumentos compulsórios dos salários contribuíram e contribuem para o desemprego de muitos, e pelo seu valor deixaram muitos sem emprego. O possível aumento de renda a um extrato de trabalhadores custou o emprego dos demais. Campos acreditava que não eram nos papéis que estavam as respostas ou numa nova constituição prometendo isso, “pois o problema brasileiro nunca foi fabricar constituições; sempre foi de cumpri-las” (CAMPOS, 1986: 38). Para ele a política trabalhista devia ser menos regulamentada,

---

<sup>9</sup> O debate entre Simonsen e Gudin está publicado em versão completa em: *A controvérsia do planejamento na economia brasileira: coletânea da polêmica Simonsen x Gudin* (2010), desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo.

pois se, de um lado, a economia de mercado tem o desemprego e a desigualdade como efeitos comuns, as alternativas são muito piores. Na economia “marxista” o desemprego é maquiado através dos cabides nas alas burocráticas, nos exércitos e na inteligência, não negando que muitas vezes utiliza inclusive campos de concentração e migração forçada.

Segundo Campos, a exportação é a solução do *déficit* público e das dívidas internas e externas, sendo que além do ingresso de desvios gera outros benefícios como, economia de escala com sinergia em menor custo, dinâmica de mercado e extinção de oligopólios, garantindo assim a estabilidade mundial. Para combater a inflação que se apresenta como um empecilho ao desenvolvimento brasileiro deve-se cortar gastos estatais. A mudança proposta por Roberto Campos na constituição de 1967 trocando as emissões de moedas em títulos nada adiantou sem uma política de contenção de gastos. Pois a perpetuação da inflação tem como consequência o desemprego e a paralisia de investimentos, piora na distribuição de renda aos assalariados, no estrangulamento cambial e na inviabilização do crescimento econômico sustentável.

### **1.3. Teorias deturpadas e ações controversas**

Para Campos, o pseudonacionalismo e o pseudoliberalismo somados se mostram como fatores primordiais do endividamento brasileiro. O monopólio estatal da Petrobrás ou *Petrossauro*, no jargão do autor, somado aos subsídios estatais ao resto do petróleo e derivados foram essenciais para o débito brasileiro. De 1974 a 1980 o Brasil importou de petróleo e derivados 53 bilhões de dólares, sem contar a compra de bens, serviços e equipamentos quase idênticos à dívida de 54 bilhões. Em 1967, após a guerra dos seis dias, o embargo árabe a preço da commodity foi às alturas. Enquanto os países desenvolvidos estabilizaram sua demanda ou a retraíam, como a Inglaterra, no Brasil, ela dobrava. A monopolista Petrobrás se torna uma grande empresa acima do solo, e os subsídios garantiam a demanda para importação, sendo, portanto, importante à opulência estatal, a ampliação e manutenção de outros monopólios, como os de transporte e refino.

Para Roberto Campos, a expansão estatal no campo privado era uma espécie de ‘freio’ ao desenvolvimento, e não se resumia a Petrobrás, pois, 26 das 50 maiores empresas eram estatais em 1982, 82% do capital era estatal. Neste sentido, Roberto Campos apresentou um projeto chamado *Programa de Repartição do Capital*, com vistas a reduzir o grau de concentração no Estado e da produtividade dos programas nacionais. O avanço estatal na esfera privada não tinha como resultado ganho social, pois, o crescimento da ação do Estado em áreas de competências privadas tem se provado em prejuízo em relação às aplicações nos setores sociais, cuja proporção do PIB declinou de 4,46% em 1979, para 2,46% em 1981 e possivelmente 1,73% em 1982, segundo estudo da FGV. “Decididamente, o Estado empresário não é um bom samaritano. Ficam vazios sociais; e são esvaziados espaços econômicos para que o Estado ocupe” (CAMPOS, 1986: 21).

Por sua vez, o nacionalismo deturpado é um escape para a incompetência estatal. Frente a tudo isso, Roberto Campos quando ouvia os nacionalistas dizerem o “petróleo é nosso”, em contrapartida rebatia que o ‘petróleo era dos árabes’. Os atos estatistas são, portanto, defendidos sobre as três deformações de mentalidade, sendo *a sacralização do problema* da intervenção monopolista e burocrática e *a nova demonologia*, tendo como demônios as multinacionais e como controlador o FMI, contrariando assim toda análise econômica de Roberto Campos.

Diferentemente dos norte-americanos que abriram suas portas aos competidores japoneses e inauguraram muitas fábricas na Califórnia, os brasileiros dizem temer esse *tigre de papel*, algo insano pelo fato de três tecnocratas (CIP, Banco Central e CASEC) poderem levar qualquer grande empresa a um estado de agonia. Para Roberto Campos, isso é um complexo de *banana republic*, pois o Brasil assim como o EUA tem muito a ganhar com capital externo, pois Grã-Bretanha e França recorreram ao FMI e nem por isso seriam lesados em sua soberania, sendo apenas o escapismo da velha mentalidade colonial.

Colocar a culpa da insolvência do Brasil no modelo de 1964, militarista e/ou elitista ou ainda nas multinacionais – numa conjuntura internacional era incabível (CAMPOS, 1994: 205). Pois, desde a moratória de 1831, quando sequer existiam multinacionais nem crise do petróleo, as insolvências ocorreram com maior velocidade.

No caso de governos populistas, como o de Vargas, foi suspenso o pagamento da dívida quatro vezes, assim como no governo de João Goulart. Quando Roberto Campos negociou três vezes (1961, 1963 e 1964) a dívida por insolvência com os americanos ficou transtornado com a in consequência financeira no governo de Castelo Branco.

Roberto Campos no início de sua carreira política é classificado por SOLA (1998) como um técnico cosmopolita, pois sempre tentou inserir o Brasil em alianças comerciais, e participou de missões americanas de desenvolvimento para o Brasil, como a Missão Cooke e Abbink, mesmo que indiretamente. Campos era a favor da intervenção de empresas estatais no setor econômico, porém era adepto da idéia de que “o Estado não deveria ocupar o espaço em que a iniciativa privada pode atuar com maior eficiência” (BIELSCHOWSKY, 2000: 104). Em relação a Roberto Campos, Sola (1982) o inclui no grupo de pessoas favoráveis ao ideário liberal.

Era, portanto o modo de intervenção do Estado que os distinguiu dos nacionalistas, a saber, uma forma de ativismo do Estado a serviço da implantação do modelo de desenvolvimento associado em que a empresa privada (e, portanto o empresariado) se afirmaria por meio de uma adesão a padrões internacionais de concorrência. De outro lado, a desconfiança em relação à política indiscriminada de reserva de mercados, a proposta de uma tendência de diversificação e ampliação das exportações para controlar a tendência ao estrangulamento externo, bem como a ênfase nas condições de estabilidade econômica, são traços que justificam incluí-los no bloco cosmopolita, de tendência liberal (SOLA, 1982: 141).

De fato, Campos atuou em esferas políticas, como o próprio BNDE, desde 1953 até 1959 a fim de colocar em práticas suas idéias, com o projeto de industrialização planejado – ponto que era comum com os nacionalistas, ao mesmo tempo em que professava ideias de cunho mais liberal, principalmente ao final de sua vida. Porém:

Na década de 50, Roberto Campos mostra-se favorável ao aproveitamento do capital estrangeiro como importante elemento do desenvolvimento econômico de países como o Brasil e, conseqüentemente, crítico veemente dos setores nacionalistas que procuram alertar a respeito dos perigos da utilização do capital estrangeiro” (SANTOS, 2000: 118).

Dentre todos os economistas brasileiros ativos na causa desenvolvimentista, Roberto Campos foi o que mais possuía uma leitura perceptível da real situação

brasileira, pois seus relatórios na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e do Programa de Metas de JK definiram os planos de maior crescimento econômico que o Brasil teve em determinada época. Sendo alocado na ala da “direita”, Campos sempre foi a favor de capitais estrangeiros, principalmente na mineração e energia, atacando a iniciativa estatal nesses setores sempre que possível. Dentre suas características e críticas políticas, ele é visto como um “liberal de direita”, porém algumas declarações possuem certo preconceito, por não ter preceitos nem puramente ortodoxos ou neoliberais em sua gênese, pois o mesmo sempre pensava suas teorias atrelado ao caso brasileiro.

E, dentre essas missões que aceitavam capitais e auxílio intelectual estrangeiro, temos maior expressão na década de 50 com as duas missões americanas - a Missão Cooke (1942) e a Missão Abbink (1948) – que igualmente contribuíram para o diagnóstico das causas do baixo nível de progresso da economia brasileira. A missão Cooke (1942) foi uma missão técnica chefiada por Morris L. Cooke, um engenheiro norte-americano que trouxe junto a ele 11 profissionais, dentre eles, agrônomos, engenheiros e economistas, com o objetivo de diagnosticar e propor reformas para o desenvolvimento da indústria brasileira, “a fim de melhorar o sistema de transporte e o grau de auto abastecimento” (CAMPOS, 1994: 154), onde os técnicos brasileiros visitavam indústrias norte-americanas, e tentavam implantar esse modelo na indústria do Brasil; assim como, “os técnicos da Missão Cooke fizeram um amplo relatório sobre as atividades industriais brasileiras e, além das sugestões de melhorias no transporte e na indústria e sobre como diminuir as importações brasileiras dos Estados Unidos” (RABELO, 2009: 4). Dentre os objetivos dessa missão podemos destacar que era:

Incrementar a produção local de produtos essenciais, anteriormente importados dos Estados Unidos; adaptar as indústrias locais ao uso de sucedâneos, substituindo os importados; aperfeiçoar os meios de transporte e fortalecer de forma duradoura a economia industrial brasileira (COOKE, 1949: 16).

O enfoque principal da missão era desenvolver o ensino da Engenharia no Brasil, para que esses profissionais pudessem vir a atuar na Guerra, caso fosse necessário, para que assim a mão de obra pudesse ser especializada na área, e sugerir melhorias no setor industrial brasileiro na área de transportes e diminuir as importações brasileiras dos Estados Unidos (RABELO, 2009). Enfim, a missão era revelar os defeitos que a indústria brasileira apresentava segundo os relatórios de Cooke aos

Estados Unidos, misturando-se com os objetivos de “modernizar”, como no trecho a seguir escrito por Cooke, “o Brasil encontra-se ainda na adolescência como nação industrial; mas tem um grande futuro diante de si (...)” (COOKE, 1942: 15).

A outra missão de cooperação empreendida pelo governo brasileiro foi a da Comissão Mista Brasileira Americana de Estudos Econômicos (CBAEE) em 1948, mais conhecida como “Missão Abbink”<sup>10</sup>, “que buscou levar a cabo uma análise geral dos problemas econômicos e financeiros, do balanço internacional de pagamentos e da estabilidade econômica interna” (RIBEIRO, 2011: 05). Dentre os objetivos dessa missão era aumentar o fluxo de capitais privados e aperfeiçoar o sistema tributário, para captar recursos fazendo “uma análise macroeconômica dos problemas brasileiros de inflação e balanço de pagamentos, com vistas a criar condições propícias ao desenvolvimento e facilitar a absorção de capitais externos” (CAMPOS, 1994: 154), porém esse fato nunca se concretizou. Como está expresso no “Relatório Geral da CMBEU” – um documento, bastante abrangente, que analisava não só os segmentos econômicos e as condições para o desenvolvimento, mas também a participação do Estado e do capital estrangeiro – foi a primeira tentativa de criar um plano de desenvolvimento para o Brasil. Contudo, a Missão não chegou a detalhar projetos para investimento, nem a calcular os montantes necessários.

Porém, dentre essas comissões de estudo, a mais relevante em relação a Campos é a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU), essa comissão contou com a participação efetiva de Roberto Campos em suas deliberações. Essa Comissão foi criada no governo Dutra em 1950 e pelo presidente americano Henry Truman, porém as atividades da comissão se iniciaram apenas em 1951. Na visão de Campos, sua atuação na CMBEU foi muito gratificante para ele, pois a comissão contribuiu em dois aspectos, “primeiro, a implantação no Brasil de técnicas de análise de projetos e de rentabilidade e, segundo, sua contribuição essencial para a criação do BNDE” (CAMPOS, 1994: 151).

Em abril de 1950 surgiu a idéia de criar a Comissão Mista, e em meio ao encaminhamento das negociações, no mês de outubro, Getúlio Vargas foi eleito

---

<sup>10</sup> Essa comissão era liderada por John Abbink, no lado americano, e Otávio Gouvêa de Bulhões, no brasileiro.

presidente da República. Em dezembro, seu futuro ministro das Relações Exteriores, João Neves da Fontoura, foi designado para negociar nos Estados Unidos os pontos pendentes para a concretização da Comissão. Nesse mesmo mês foi selado o acordo para a formação da Comissão, com base em entendimentos prévios pelos quais o Brasil se dispunha a continuar exportando para os Estados Unidos alguns minerais estratégicos, em particular manganês e areias monazíticas. Em seu trabalho, a Comissão Mista valeu-se de estudos sobre a economia brasileira elaborada anteriormente pelas missões norte-americanas Cooke e Abbink, enviadas ao Brasil respectivamente em 1942 e 1948 (FGV).

A CMBEU<sup>11</sup> foi formada no âmbito do Ministério da Fazenda, e integrada por técnicos brasileiros e norte-americanos. A Comissão foi criada oficialmente em 19 de julho de 1951 e encerrou seus trabalhos em 31 de julho de 1953. Era parte do plano norte-americano de assistência técnica para a América Latina conhecido como Ponto IV “que mostrava a preocupação concreta com o problema desenvolvimentista” (CAMPOS, 1994: 154), tornado público em 1949 no discurso inaugural de Truman, quando se formou no Brasil uma comissão, no qual a equipe brasileira da CMBEU foi composta pelo engenheiro gaúcho Ary Frederico Torres – nomeado pelo Ministro da Fazenda Horácio Lafer, assessorado por quatro conselheiros técnicos e um econômico. Dentre os técnicos estavam o geólogo Glycon de Paiva Teixeira, ex-diretor do Departamento Nacional de Produção Mineral (criado em 1934); Lucas Lopes, um dos fundadores da Companhia Energética de Minas Gerais S/A (CEMIG); o conselheiro financeiro Victor Bouças que participou de Bretton Woods – conferência na qual se discutiu sobre o ordoliberalismo alemão; presidente do Conselho Técnico de Economia e Finanças; o secretário-executivo Vitor da Silva Alves, ex-funcionário das Nações Unidas e que viria a ser diretor do BIRD; e como conselheiro econômico atuou o diplomata e economista Roberto de Oliveira Campos (CAMPOS, 1994). Eugênio Gudin, Otávio Gouveia de Bulhões e Valder Lima Sarmanho foram encarregados de estudar as prioridades para um programa de desenvolvimento do país. Essa comissão acabou estabelecendo como prioridades os setores de agricultura, energia e transporte, sem formular, contudo, um projeto específico de financiamento.

---

<sup>11</sup> Em fevereiro de 1951 houve a primeira reunião no Brasil sobre os investimentos que seriam feitos no país, e “pela primeira vez foi mencionada a quantia de US\$250 milhões, a ser fornecida pelo Banco Mundial e pelo Eximbank para os projetos da CMBEU” (CAMPOS, 1994: 156).

Do lado americano, a equipe escolhida ficou ao cargo do Banco Mundial, Eugene Black foi o responsável pelas designações – escolhendo homens de sua confiança como Adams Truslow, corretor da bolsa de valores e Edwar G. Miller, um advogado de grande mérito. Porém devido ao falecimento de Truslow durante sua viagem de navio de Nova York ao Rio de Janeiro, sua posição foi substituída pelo embaixador Merwin Bohan que através de seu portunhol conseguia se comunicar relativamente bem com a equipe brasileira. A equipe americana contou também com equipes de técnicos e especialistas em certos setores, como transporte ferroviário, marítimo e fluvial, energia elétrica, metalurgia, construção naval, agricultura e indústrias de base, contando com o economista Philip Glaessner, ex-funcionário do Federal Reserve; Reynold Carlson, consultor do banco mundial e Howard du Temple, um jovem economista.

Dentre a missão da comissão mista, havia algumas exigências técnicas e legais para que o Brasil formulasse e programasse projetos prioritários relativos aos setores de energia e transportes. No final, a Comissão acabou aprovando 41 projetos do Plano de Reparcelamento Econômico elaborado por Lafer, que criou a Lei nº 1474 – o “Fundo de Reparcelamento Econômico”, com o propósito de servir de contrapartida aos financiamentos externos agenciados pela CMBEU, e a lei nº 1518, que autorizava o executivo a contratar ou avaliar empréstimos externos, para os quais calculava serem necessários cerca de 22 bilhões de cruzeiros, dos quais 14 bilhões seriam financiados em cruzeiros pelos governos federal e estaduais e cerca de 8 bilhões, equivalentes a 387 milhões de dólares, seriam financiados pelo Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou pelo Export-Import Bank (Eximbank). Desse investimento total, 60,6% deveriam ser alocados no setor de transportes, 33,1% no setor de energia elétrica e 6,3% em projetos relativos a indústria, máquinas agrícolas e estocagem de cereais. Para oficializar as sugestões da Comissão Mista, foi criado em 1951 um plano quinquenal de desenvolvimento. Segundo CAMPOS (1994):

Dessa forma, nos dois anos de trabalho – julho de 1951 a julho de 1953 – a CMBEU aprovou 41 projetos que exigiram um total de US\$392 milhões, dos quais vieram a ser financiados US\$ 186 milhões, assim mesmo com bastante atraso, em vista da tensão irresoluta entre o Banco Mundial e o Eximbank. Aquele, a rigor cessou financiamentos ao Brasil, em virtude da agravação da situação



cambial, a partir do segundo semestre de 1952, e de desentendimentos quanto à política macroeconômica do Brasil e ao tratamento de capitais estrangeiros (CAMPOS, 1994: 162).

Os financiamentos aprovados pela CMBEU assim se distribuíam por setores, sendo os cruzeiros referentes às despesas locais e os dólares aos bens e serviços importados:

<b>Setores de atividade</b>	<b>Importância em Cr\$1.000</b>	<b>Importância em US\$1.000</b>
Agricultura		23.000
Armazenagem	206.000	4.125
Energia Elétrica	1.997.000	129.746
Ferrovias	6.411.760	144.683
Indústrias básicas	180.000	16.860
Portos e navegação	1.160.342	66.957
Rodovias		6.661
Total	9.955.102	392.032

Tabela 1: Adaptação do livro Lanterna na Popa (CAMPOS 1994: 162)

Para Roberto Campos, a contribuição mais importante da CMBEU foi “implantar sistemáticas de análise de custo/benefício e cálculos de rentabilidade, em substituição à velha tradição de desembolsos por requisições burocráticas, desapoiadas em cálculos de viabilidade” (CAMPOS, 1994:162). Caracterizando que essa metodologia, hoje amplamente empregados nos setores públicos e privados, na época era inovadora.

A terceira parte da criação desses órgãos investidores está a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), através da Lei nº 1628 em 1952, que foi uma instituição encarregada de financiar e gerir os recursos para esses projetos captados no Brasil ou no Eximbank e no BIRD, responsáveis pelo financiamento em moeda estrangeira. Durante o governo Vargas, apenas 181 milhões de dólares foram concedidos pelos bancos estrangeiros e nem todos os projetos receberam financiamento. Dessa forma, a Comissão Mista e o BNDE ajudaram a introduzir no Brasil uma prática mais racional de gestão e aplicação de recursos públicos em investimentos econômicos

que contribuíram para formar uma equipe de técnicos brasileiros aptos a elaborar projetos de desenvolvimento.

Roberto Campos começou seu “ensaio” no campo político e econômico atuando nesses órgãos governamentais de fomento, o que auxiliou na sua contratação posterior para assumir o cargo de diretor do BNDE, assim como Lucas Lopes e Ary Torres. Como consta na obra de Balestrieri (1996), muitos que participaram da CMBEU ou da Missão Abbink tinham proximidades com a ideologia do “desenvolvimento não nacionalista”, o qual prega que:

Os economistas dessa corrente eram favoráveis ao apoio estatal à industrialização, mas apresentavam marcada referência por soluções privadas nos casos de disputas de inversões estatais. Tinham ainda em contraste com os desenvolvimentistas “nacionalistas” e em aproximação com os neoliberais, inclinação por políticas de estabilização monetária. Tomavam, contudo, o cuidado de insistir na idéia de não prejudicar os investimentos fundamentais por conta dessas políticas (BIELSCHOWSKY, 2000: 34).

Ou seja, essa posição do desenvolvimentismo “não nacionalista” formulada por Bielschowsky (2000) nos coloca frente à própria situação que Roberto Campos se encontrava nessa época, uma vez que o mesmo era a favor da captação de capitais externos, através dessas “missões” norte-americanas ao mesmo tempo em que fazia parte e atuava no setor estatal. Dessa forma, assim como outros teóricos como Octávio Bulhões, Campos provinha de uma carreira pública atuando no governo brasileiro, o que de certa forma, o levou a provar uma “certa capacidade” para assumir cargo referentes à área diplomática. Porém, Campos discute a denominação que Bielschowsky atrela a sua pessoa, discutindo o termo de “desenvolvimentista não nacionalista”, argumentando que na época que o autor se refere em questão (1950), Campos se denominava como um nacionalista de “fins” e não de “meios”, onde ele argumenta que, “a fórmula ideal, que eu (ele no caso) costumava pregar, era o nacionalismo de *fins*, o internacionalismo de *meios* e o supranacionalismo de *mercado*. A expressão “liberal desenvolvimentista” teria sido de verbiagem mais acurada” (CAMPOS, 1994: 168).

E como o próprio Bielschowsky (2000) aponta em sua obra, o BNDE assim como a CMBEU foram instituições criadas dentro dessa ideologia do desenvolvimento “não nacionalista”, que acreditava que os capitais estrangeiros poderiam auxiliar no

desenvolvimento industrial brasileiro, onde o “governo pode, sem dúvida, influenciar as decisões do setor privado, de forma a torna-las coerentes com os planos públicos” (CAMPOS, 1963: 20). Ou seja, nutrindo o argumento de que o Estado pode ingerir em certas áreas do setor privado, porém essa mesma iniciativa privada podia atuar com mais eficiência em outros setores – ponto defendido por Roberto Campos e os demais desenvolvimentistas “não nacionalistas”.

Outro ponto muito defendido por Campos que caracterizou esse grupo desenvolvimentista “não nacionalista” para empregar a definição de Bielschowsky era a necessidade de controle da inflação e estabilização monetária. Segundo Campos, essa lógica de controle dos mecanismos econômicos por parte do Estado retirando a iniciativa privada, faz com que os países subdesenvolvidos tendam a uma forte inflação no processo desenvolvimentista, pois sua motivação se dava “mais pela procura do que pela oferta” (CAMPOS, 1963: 125). Ou seja, não seria um movimento empreendido pela iniciativa privada no estilo Schumpeter<sup>12</sup>, como o próprio Campos relata a forma que isso ocorre, “é, [...] na ânsia de melhorar o padrão de consumo, que leva os governos a assumir funções empreendedoras e a estimular os empresários que ofereçam, pelo menos, uma promessa de aumentos futuros de consumos” (CAMPOS, 1963: 125).

## **Capítulo II – Escritos de si e escrita da História na sua autobiografia**

### **2.1. Ampliando horizontes: o conceito de museu interior em diálogo com a autobiografia de Roberto Campos**

O museu interior é concebido conceitualmente como um cruzamento entre consciente e o inconsciente, “onde o Homem percebe-se vivo e no mundo, reconhecendo-se a si mesmo” (SCHEINER, 1998: 17-18). Dentre os limiares para a

---

<sup>12</sup> Segundo sua teoria sobre os determinantes do desenvolvimento econômico estão: “a propriedade privada, a divisão do trabalho e a livre concorrência [...] e que os meios de produção necessários às novas combinações não estão ociosos, à espera para serem empregados na produção de novos bens [...] e no que se refere a quem vai tomar a iniciativa dessa mudança, Schumpeter credita a um personagem particular: o empresário” (COSTA, 2006: 4-6).

delineação de uma teoria museológica em relação ao museu e a construção do “eu” para o “outro”, temos a concepção nietzscheana de Scheiner, que entende o Museu enquanto fenômeno. Conforme Touraine (*apud* 1995) em sua “Crítica a modernidade”, vivemos hoje num período de incertezas, onde a verdade deixou de ser um conceito absoluto. Dessa forma o museu como um “espelho da realidade” deve ser livre e plural, onde possa existir em qualquer espaço, e em qualquer tempo. Assim uma possível nova concepção de Museu seria: “[...] o Museu toma a forma possível em cada sociedade, sob a influência dos seus valores e representações” (SCHEINER, 1999: 156).

Logo, conceitualizar o museu atualmente requer outra reflexão, tal como aponta Carvalho (2008), o museu da forma que se pensa hoje é um local dotado de pluralidades em suas informações enquanto representação, no campo museológico não é mais estudado e pensado como uma instituição estanque e sem sentido, mas com um discurso e relações específicas entre o ser humano e a concepção de espaço, tempo, memória e valores culturais.

No que se refere à Museologia, é preciso reconhecer a inviabilidade de desenvolvê-la adequadamente em nível teórico sem reconhecermos a existência dessa pluralidade de relações, que se inicia na identificação de um ‘museu interior’, de uma memória afetiva que nos configura no mundo e para o mundo, e que interfere permanentemente em nossa forma de ver, selecionar, reter e interpretar os fatos. Reconhecer que o dispositivo narrativo não opera entre história e discurso, mas entre a singularidade do desejo e sua ocorrência no tempo e no espaço, “entre película tensorial e corpo social articulado, entre a intensidade dos acontecimentos e a regulação unitária”, e que tanto os discursos que se elaboram sobre os fatos como a própria análise das práticas do cotidiano para fins de ‘interpretação museológica’ devem levar em conta essas realidades (SCHEINER, 2000: 51).

O museu hoje deve ser pensado como algo dinâmico, cheio de culturas diversas que o povoam, e não mais aquela visão de local estático. Dessa forma, o “ser museu” se constitui a partir da interação de elementos como a “realidade (real presente, real em devir), o tempo (duração), a memória (processo) e o Homem (produtor de sentidos)” (SCHEINER, 2005:21), de forma a potencializar e trabalhar de forma integrada o discurso e evidências. Assim, podemos observar que a potencialidade proposta no conceito de museu interior também se manifesta na obra de Campos – problematizando a experiência museal enquanto fenômeno – na qual o autor se insere numa realidade particular em que expõe suas vivências, apresentando: a noção de tempo como no devir,

ao qual demonstra que suas memórias e ideologias vão se modificando no decorrer da vida pública e privada, não se mostrando estáticas; a memória enquanto principal fonte da narrativa da obra, e o Homem como produtor de sentidos, expresso na própria figura de Campos.

Esses aspectos podem ser aproximados do exercício narrativo operacionalizado em uma exposição enquanto espaço simbólico de uma memória a ser compartilhada, pois apresenta uma construção de discurso fundamentada em evidências - fotografias, relatórios, dados estatísticos - durante todo o percurso da obra; segundo a concepção de Scheiner (2005), o museu é uma espécie de corpo do homem onde habita a memória, mediados pela razão e emoção, onde:

O museu se dá no cruzamento entre o plano consciente e o plano da inconsciência, naquele exato momento em que o indivíduo, ao perceber-se vivo e no mundo, se reconhece a si mesmo. Esta seria a sua origem absoluta – o museu em potência, que habita cada um de nós (SCHEINER, 2005: 09).

A autora define o museu como um espelho do Outro, uma relação do indivíduo com o mundo, trazendo assim uma visão de si. O museu nessa perspectiva se insere com uma nova roupagem, na qual um conjunto de lembranças e vivências constrói o indivíduo através de uma memória materializada, com uma série de símbolos e signos interpretados que ao serem identificados pelo Outro são vistos como um espelho da sociedade. Dessa maneira, assim como a biografia, o museu através do tempo e espaço constrói a si de uma forma simbólica.

Porém como alerta Scheiner (2005), o “real não é jamais percebido a partir de si mesmo, mas apenas através de suas representações ou mediações (p.13)”, por isso tanto as exposições, por apresentarem um caráter um tanto subjetivo de quem as faz, quanto a autobiografia de Campos, assim como tantas outras, deve ser avaliada com cautela, pois ela apresenta um discurso, seja político, estético ou historicista, que pode não ter muito a ver com a realidade que fora outrora, sendo apenas uma representação de determinada época ou assunto. Portanto devemos ter cautela ao analisar exposições e obras como a de Roberto Campos, pois em ambos os casos a presença forte da subjetividade pode confundir o observador que a opinião e ideologia de quem as fez é o Real.

## 2.2. Escritas de si na “Lanterna”

A prática de uma escrita de si não é algo novo no Ocidente, nem uma invenção da Modernidade. Michel Foucault (2006), em sua análise da cultura de si praticada na Antiguidade, depara-se com a ideia de que, para preparar um homem virtuoso para o porvir a ser enfrentado durante toda a sua vida, eram necessários discursos verdadeiros e racionais. Como método de apropriação desses discursos encontrou três apontamentos, dentre os filósofos estudados por ele: a importância da escuta, da escrita e dos retornos sobre si, ou seja, uma memorização do aprendido. Havia, então, presente no modo de subjetivação antigo/clássico a ideia e a prática de uma escrita de si:

Havia naquela época uma cultura do que poderíamos chamar escrita pessoal: tomar notas sobre as leituras, as conversas, as reflexões que ouvimos ou que fazemos com nós mesmos; conservar cadernos de apontamentos sobre assuntos importantes (que os gregos chamavam *hypomnēmata*) a ser relido de tempos em tempos para reatualizar o que continham. (FOUCAULT, 2006: 607)

Essa escrita de si era entendida como forma de organizar um conjunto de dados sobre a leitura produzida pelo indivíduo, a respeito de seu entorno, para ser usada em um momento de necessidade. Além disso, tinha como objetivo também estabelecer uma coerência interna no indivíduo, pois as ideias fragmentadas recolhidas a partir dessa escrita deveriam ganhar sentido e coesão, por meio de uma reelaboração pessoal: “tratava-se de constituir a si mesmo como sujeito de ação racional pela apropriação, a unificação e a subjetivação, de um já-dito fragmentário e escolhido” (FOUCAULT, 2006: 640).

Todos nós nos diferenciamos por nossas singularidades, nossas identidades – que vamos construindo e reconstruindo no transcorrer de nossa vida. Larrosa (1998: 51) nos diz que “só lendo (ou escutando), como aconteceu com Jean Jacques Rousseau em relação a Plutarco, alguém se faz consciente de si mesmo. Só escrevendo (ou falando), como fez Rousseau em *Confissões II* alguém pode fabricar um *eu*”. Segundo o autor, aprender a ler e a escrever, assim como aprender a escutar e a falar, é “colocar-se em movimento, é sair sempre para além de si mesmo, é manter sempre aberta a interrogação acerca do que se é” (idem). É o mesmo autor, ainda, que vai nos dizer que a experiência de si compreende os discursos, as histórias e as práticas.

Quando falamos em um conjunto de saberes na escrita, ou qualquer outra ação do indivíduo, estamos nos referindo a um sujeito que se constitui no próprio processo discursivo e que se subjetiva e (des)constrói memórias, em que “sujeito, subjetividade e memória, interligados na prática pedagógica, são constitutivos de práticas políticas, que produzem conhecimentos, efeitos e memórias” (SCHONS, 2008: 408). Desse modo, a folha de papel não é apenas o espaço em branco a ser preenchido com estruturas linguísticas, mas espaço simbólico de luta, no qual se estabelece o tempo todo, o jogo da contradição.

Para investigar os escritos autobiográficos de Roberto Campos analisando a operação realizada na construção de si enquanto memória a ser compartilhada - sendo seus escritos uma exposição ao encontro do museu como fenômeno - este capítulo centra esforços na obra do economista intitulada *A Lanterna na Popa*. Essa obra é uma biografia centrada nas situações que vivenciou ao longo de sua vida pública como figura política no cenário brasileiro, enfim, o objetivo primordial desse trabalho consiste em investigar o mecanismo de construção de memórias e da história. Roberto Campos, mais do que um político foi um dos responsáveis pela difusão de ideias liberais no Brasil – que tinham pouco espaço no pensamento brasileiro, “portanto a centralização política e o crescimento do Estado foram instrumentos fundamentais para a formação de uma nova gestão da economia brasileira que se modernizava a passos largos” (SANDES, 2001). Roberto Campos em seu discurso inicial se apresenta no debate de idéias para o Brasil no início do século XX como adepto do desenvolvimentismo associado ao capital internacional.

O fato de que a construção da memória compartilhada a partir da escrita sobre si está intrínseca na fala de Campos pode ser observada no próprio título - “A Lanterna na Popa”, indicando a sua subjetividade. Dessa maneira, o pensamento econômico se confunde com a história de vida desse político, o que leva a um diálogo fortuito entre memória e história. Nas memórias do autor podemos perceber suas vivências em períodos históricos muito relevantes para a formação econômica moderna do Brasil, pois ele atuou no governo Vargas, fazendo parte de conselhos econômicos que pensavam a situação do país, tal como a CMBEU - essa comissão contou com a participação efetiva de Roberto Campos em suas deliberações.

Sem dúvida Roberto Campos foi um expoente da manifestação do pensamento liberal no Brasil e suas manifestações na política brasileira, sendo Campos um observador-participante desse processo. O economista Roberto Campos ao escrever sua autobiografia acaba por gerar o reconhecimento de si próprio. O autor busca prestar contas e esclarecer fatos a todo o momento.

Sendo assim, ao nos depararmos com uma obra de caráter autobiográfico questionamos as práticas de salvaguarda da memória (e, conseqüentemente da História) que está intimamente ligado àquilo que Foucault (1992) denomina a “preocupação com o eu”. Dessa forma trava-se um embate entre a História dita “oficial” escrita por historiadores e os relatos da memória, o que nos possibilita contrapor a imagem social e a imagem de si, em que se estabelecem procedimentos metodológicos de críticas às fontes históricas que descartam “a priori qualquer possibilidade de se saber *o que realmente aconteceu*” ou, a “verdade dos fatos”, sendo assim:

A escrita de si assume a subjetividade de seu autor como dimensão integrante de sua linguagem, construindo sobre ela a “sua verdade”. (...) O que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de “dizer o que houve”, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento (GOMES, 2004: 14).

Essa escrita de si feita por Campos, de certa forma, organiza um conjunto de dados e fatos históricos, até mesmo com o uso de tabelas para comprovação das idéias que ele expõe, frisando sempre que esses dados ao serem expostos no livro são produto da leitura produzida do indivíduo, e a respeito de seu entorno. Além disso, o autor tenta estabelecer uma coerência interna em sua narrativa, unindo ideias fragmentadas a fim de dar um sentido e coesão para sua escrita, por meio de uma reelaboração pessoal: “tratava-se de constituir a si mesmo como sujeito de ação racional pela apropriação, a unificação e a subjetivação, de um já-dito fragmentário e escolhido” (FOUCAULT, 2006: 640). E também assim, a todo o momento o autor se refere a outros intelectuais, a fim de fundamentar suas idéias, e é a partir de tais ideias que:

A escrita de si inserida no campo da narrativa autobiográfica, constitui-se em uma estratégia de cuidado de si, atualizada, no sentido



de poder ser um mecanismo propiciador de unidade interna para subjetividades” (JOVIANO, 2011: 02).

Em uma autobiografia, Campos ordena sua escrita através de alguns acontecimentos, ordenados numa narrativa que vai desde sua infância e formação no Seminário Católico até o final de sua vida, demonstrando suas convicções. Mostrando dessa maneira, uma busca e coerência em sua existência. Em sua autobiografia Campos conta desde sua infância como “o analfabeto erudito e suas peripécias”<sup>13</sup>, até “tornando-me um policrata”<sup>14</sup>. No primeiro capítulo do seu livro Campos relata suas “peripécias” no seminário e como se tornou teólogo e filósofo, passando então para o cargo de diplomata em períodos conflituosos na Era Vargas, fazendo parte de comissões de progresso econômico e infraestrutura para o Brasil, administrador de órgãos públicos como o BNDE, tecnocrata e ministro.

Dessa forma, a obra é estruturada em capítulos com títulos um tanto enigmáticos e bem humorados em alguns pontos. Logo, nos capítulos subsequentes, Campos expõe como foi sua inserção e a maneira como atuou na política externa brasileira em suas reuniões nas comissões mistas de apoio entre Brasil e Estados Unidos, conversas diplomáticas com o Presidente Kennedy e a rede de contatos, intelectuais e pessoas influentes que formou logo no início de sua carreira diplomática. Logo em seguida, no capítulo V ao VII Campos relata o seu retorno ao Brasil com novos olhares frente à situação do país, baseados nas experiências e vivências que teve o privilégio de experimentar e conhecer nos Estados Unidos e Inglaterra, momento esse onde ele se insere nos setores econômicos de planejamento brasileiro no final do governo Vargas.

Logo, a partir dos capítulos IX até o XV, ele dedica-os aos presidentes os quais atuou em seus respectivos governos. Começando por Juscelino, contrapondo suas controvérsias ideológicas com o presidente, demonstrando que nem sempre ele fora a favor do governo ou do governante ao qual servia em determinado momento, especificamente no capítulo IX, Campos expõe suas divergências nos planos e planejamentos para o Brasil. Em seguida no capítulo X, ele expõe sua atuação no curto governo de Jânio Quadros e a sua surpresa em relação a renúncia do presidente. No capítulo seguinte ele demonstra sua fase mais frustrada e de transição de ideologias –

---

<sup>13</sup> Primeiro capítulo da biografia.

<sup>14</sup> Capítulo XIX, último capítulo da obra.

governo de João Goulart – o qual expõe sua aversão a conduta ideológica do presidente a todo momento, acreditando que este tinha idéias comunistas para implantar no Brasil.

Dessa forma, Campos divaga e fica totalmente fascinado no governo de Castelo Branco – primeiro presidente militar, pois esse governo marca o momento em que Campos atuou com maior fervor nas deliberações presidenciais, sendo chefe e precursor do cargo de Ministro do Planejamento. Nesse capítulo também ele discute a todo o momento as atitudes de Castelo, que em sua visão foram mal interpretadas, ficando muito chateado com a estranha morte aérea do presidente, declarando que ele fora um grande estadista, que fizera melhoras substanciais, os quais levaram ao Milagre Econômico Brasileiro.

Nos demais governos militares, após a morte de Castelo, Campos atua como figura secundária na política interna, atendo-se mais a política externa, adquirindo contatos diplomáticos de peso com ministros e presidentes ingleses e americanos – como Margaret Thatcher. Dessa maneira, do capítulo XVI ao XIX, é mostrado ao leitor a grande modificação ideológica de Campos, que modificou sua razão do Estado a razão do Mercado, tornando-se um “policrata”, e conclui sua obra com seus medos e pesares não realizados na juventude e com certas dicas para o desenvolvimento do país, atrelando o setor da tecnologia como um dos que se apresenta em extrema e rápida expansão, no ano de 1994, admitindo ser o grande investimento a ser feito na década de 90 em diante.

### **2.3. Autopropaganda de um governo militar**

Roberto Campos permanece no cenário governamental de forma mais atuante no regime militar, principalmente no governo de Castelo Branco, quando foi ministro do planejamento, “Campos apoiou o regime militar enquanto o serviu e considerou que era útil ao modelo econômico que acreditava” (PEREZ, 1999:137). Roberto Campos relata em sua autobiografia que quando ocorre o “golpe de 64”<sup>15</sup>, ele já planejava retirar-se da vida pública para ingressar na iniciativa privada ou viajar aos Estados Unidos em virtude de novas oportunidades, porém seus planos são interrompidos quando ele recebe

---

<sup>15</sup> Conjunto de eventos ocorridos em 31 de março de 1964 no Brasil, e que culminaram no dia 1 de abril de 1964, com um golpe de Estado que encerrou o governo do presidente João Goulart.

um telefonema para dirigir-se a Brasília, pois o presidente militar Castelo Branco queria conversar com ele.

Campos foi pego de surpresa pelos questionamentos do presidente sobre como contornar a crise inflacionária que o país vinha sofrendo e que atingiu seu governo. Campos sugeriu três modelos para contornar a crise: o modelo indiano, onde deveria ser criado um Conselho de Desenvolvimento – conselho de ministros, cujo chefe é o secretário executivo desse conselho – um segundo conselho ao estilo francês que teria a participação do setor privado numa espécie de conselho de ministros, e o terceiro era a criação do ministério do planejamento, onde teria um responsável pelas decisões e que seria efetivamente cobrado em relação aos demais, onde “caberia ao presidente dirimir casos limítrofes, que são abundantes, e estar atento nos despachos ministeriais para aqueles problemas” (CAMPOS, 1994: 564) e, de fato, foi esse modelo de ministério que se criou. Sem dar tempo para pensar o convite de assumir a plataforma de governo, Castelo Branco declarou a Campos que tomaria posse no dia seguinte de sua conversa, o que na visão de Roberto Campos foi quando “o convite passou a ser um comando”<sup>16</sup>.

Dessa forma, dentre as medidas que Roberto Campos adotou como Ministro do Planejamento no governo de Castelo Branco, podemos citar: o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e a relação com o FMI, política habitacional e sistema de habitação, criação do Banco Central do Brasil, estatuto da terra, nova política salarial e implantação do FGTS.

O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) foi redigido por Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões quando eram, respectivamente, ministro do Planejamento e ministro da Fazenda do governo Castelo Branco. O plano era alcançar a estabilidade monetária, pois a inflação era vista como o principal obstáculo ao desenvolvimento econômico. Atribuindo algumas causas para a inflação como, déficit do setor público, excesso de crédito para o setor privado e excessivos aumentos salariais.

---

<sup>16</sup> Campos tomou posse do cargo em 20 de abril, com todos os demais ministros escolhidos por Castelo Branco para assumir seus devidos cargos.

Dessa forma, perante a situação, Campos e Bulhões ao adotarem medidas econômicas frente a esses problemas, entraram em confronto com o Fundo Monetário Internacional (FMI), que queria um tratamento de choque para a economia brasileira. Segundo Roberto Campos, o PAEG e o FMI divergiam de opiniões para a solução dos problemas brasileiros, sendo o primeiro o fato do FMI julgar necessária a adoção de um tratamento de choque, porém Campos e Bulhões queriam um enfoque gradual de mudança, pois um choque poderia formar resistências políticas. E, por sua vez esse enfoque gradual era composto de três fases estratégicas: a inflação corretiva; a desinflação; e a de estabilidade de preços.

Sendo assim, Roberto Campos e Octávio Gouveia de Bulhões adotaram uma estratégia gradualista para a correção monetária, chegando até a cogitar a possibilidade de romper com o FMI. Então, o presidente Castelo, convidou o embaixador Lincoln Gordon para jantar no Palácio da Alvorada, no dia 14 de novembro de 1964, ocasião em que também estavam presentes Campos e Bulhões. Nesse jantar de negócios, o Fundo Monetário Internacional aceitou o “tratamento gradualista” e, em janeiro de 1965, concedendo um crédito de 125 milhões de dólares. Sendo emprestado pelo Banco Mundial 79,5 milhões de dólares para a construção de usinas elétricas. Assim como o governo dos EUA que concedeu 150 milhões de dólares “para o novo programa de empréstimo e fixou em 70 milhões os empréstimos de projetos essenciais” (CAMPOS, 1994: 259).

É importante notar que o Paeg sugere a expansão da base monetária como a causa da inflação, e que o governo Castelo Branco não conseguiu cumprir as metas estipuladas pelo FMI para a expansão monetária e de redução das taxas de inflação, onde “a experiência de combate à inflação do governo Castelo Branco mostra que, mesmo para um governo autoritário, o diagnóstico do problema é a parte menos complicada, difícil é executar as medidas para solucioná-lo” (SANTOS, 2000:113).

Todas essas propostas e esses planos feitos por Roberto Campos, e aplicadas no governo de Castello Branco foram cruciais, embora não muito aceitas ou “famosas” para a mudança do quadro econômico e político da época, provocando desdobramentos na economia contemporânea. Podemos notar que todo sistema de regulamentação

proposto por Roberto Campos esteve presente, apoiando e contribuindo para sua formação e construção de si no meio político, dessa forma pode-se concluir que:

Campos é uma peça chave para que compreendamos o processo de burocratização do Estado brasileiro e todas suas confrontações. “Lanterna na Popa” se torna, portanto, um eixo fundamental para a análise do cenário político-econômico do Brasil no período posterior a Segunda Guerra Mundial (SANTOS, 2000: 114).

### 3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A consciência histórica produz certo sentido a partir da passagem do tempo. Trata-se de um processo da tomada de consciência em que as experiências do tempo são interpretadas com relação às intenções do ser e devir, enquanto interpretadas, inserem-se na determinação do sentido do mundo e na autointerpretação do homem e da sociedade, construindo parâmetros de sua orientação no agir e no sofrer. A consciência não se constitui, pois, na racionalidade teleológica do agir humano, mas sim na “racionalidade de sentido”. Nessa medida, o tempo é experimentado como um obstáculo do agir, sendo vivido pelo homem como uma mudança do mundo e de si mesmo que se opõe a ele, certamente não buscada por ele dessa forma, que, todavia, não pode ser ignorada, se o homem continua querendo realizar suas intenções. Mediante as reflexões do teórico Rusen, fica explícita a importância da consciência histórica para agir do homem no tempo.

As reflexões acima nos servem para se pensar nas intenções do autor de “A lanterna na Popa” - Roberto Campos busca esclarecer fatos, dar sentido à própria existência. O autor não busca escrever uma ficção, seu compromisso é com a verdade como sempre relata, mas a *sua* verdade, que deve ser cuidadosamente avaliada por um pesquisador que busca refletir suas obra e contribuições para a avaliação da experiência com político e diplomata no momento de redefinição política após o fim da Segunda Guerra, bem como as mudanças ocorridas após o Golpe de 64. Roberto Campos é personagem principal em grandes mudanças no cenário político econômico do Brasil, não podendo, portanto, ser ignorado por pesquisadores, estudiosos da memória ou historiadores. Segundo Ricoeur, o historiador está limitado ao que um dia foi, e possui uma dívida com os homens do passado, com os mortos, com os vivos antigos. Por isso que o recurso de analisar a narrativa histórica e a narrativa autobiográfica se torna viável, uma vez que ele analisa os mecanismos externos ao objeto.

Segundo Ricoeur, a narrativa ficcional possui variações imaginativas que exploram as falhas entre o tempo cosmológico o fenomenológico. Essa argumentação se insere em um debate amplamente discutido pelos historiadores preocupados com o modo de produção de seu ofício. A narrativa histórica não pode ser considerada uma realidade verdadeira dos acontecimentos, pois ela se utiliza muito do discurso e

imaginação. Elas compõem uma gama de documentos e narrativas baseadas da experiência humana, portanto carregando em si aspectos subjetivos a partir da observação do outro em determinada realidade.

Outro estudo relevante é o da memorialista para os pesquisadores, pois obras como a de Roberto Campos são fundamentais, pois servem como suporte e meio para novas investigações historiográficas. A narrativa memorialista tenta ao máximo ser verossímil com a realidade, porém não pode ser considerada uma obra historiográfica. Baseado nas colocações de De Certeau, “existem as leis do meio”, ou seja, há uma metodologia e cuidado para analisar essas fontes. Pois a pesquisa não for feita dessa maneira, a obra analisada facilmente seria categorizada como mera “vulgarização” de determinada realidade.

A memorialista não possui métodos, leis ou problemáticas, é apenas uma produção escrita recheada de práticas distintas de determinado personagem – que pode ser um historiador. Fundamentalmente a memorialista lida de forma mais fiel possível em relação ao meio de sua vivência. O fato é que por não se enquadrar nos caminhos trilhados pelos historiadores, geralmente, as obras memorialistas não são reconhecidas como uma obra de valor historiográfico. Entretanto essas obras memorialistas são essenciais na recomposição do passado, concorrendo assim com os historiadores como forma de interpretação da experiência temporal. E, nessa medida, “A Lanterna na Popa” adquire fundamental relevância para a produção do conhecimento histórico.

Através de suas memórias, Roberto Campos nos permite acompanhar a circulação das elites brasileiras por entre vários espaços sociais, como agências internacionais, os organismos do governo, o mundo financeiro empresarial, ou os meios acadêmicos; na sua obra é possível notar a trajetória que o personagem constrói de si e de suas vivências até o ápice na alta função pública. Dessa forma, o autor começa desde a sua vida no seminário católico, apontando as dificuldades e superações que conquistou proveniente de uma classe mais humilde, até o ingresso na carreira diplomática; os estudos econômicos no exterior e os contatos relevantes que fez em países como os EUA e a Inglaterra que no futuro lhe trouxeram sabedoria e tato para lidar com determinadas crises e situações embaraçosas, garantindo a qualificação estratégica para o momento do pós-guerra; o “capital” técnico e social acumulado em organismos

internacionais e em reuniões, como Bretton Woods. Também são explorados os grandes mestres da economia brasileira e as comissões de estudo, onde conheceu Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bullhões, figuras de elite que foram decisivas em sua carreira, abrindo-lhe caminhos para o acesso às agências de gestão econômicas no Brasil.

A obra de Roberto Campos nos traz um ponto de vista particular sobre os processos fundamentais da história brasileira das últimas décadas e, sobretudo, abre dimensões novas, frequentemente não reveladas nos manuais convencionais de história política e econômica. Mas as “verdades” que se apresentam em *Lanterna na Popa*, devem ser lidas com cuidado, pois devemos ponderar a diferença entre verdade e sinceridade. Roberto Campos é sincero quando escreve, mas isso não significa que tudo o que escreveu foi verdade. Para a historiadora Ângela de Castro Gomes o pesquisador corre o risco de ser enfeitado pelas fontes, segundo a autora: “a verdade como sinceridade o faria acreditar no que a fonte diz como se ela fosse expressão do que *verdadeiramente aconteceu*, como se fosse à verdade dos fatos, o que evidentemente não existe em nenhum documento” (GOMES, 2004). Roberto Campos justifica sua volumosa obra no próprio título: “Nunca tive profundidade, inteligência ou poder para erguer um farol que lançasse um facho de luz para as gerações futuras. Estas memórias são apenas uma lanterna na popa de um pequeno barco”. Como dizia Samuel Taylor Coleridge, “*a luz que a experiência nos dá é uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás*”. Dessa forma analisar suas experiências também poder ser significativo para as gerações posteriores que buscarão compreender a conjuntura política e econômica do Brasil.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CAMPOS, Roberto. *A Lanterna na Popa*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1994.
- CARVALHO, Luciana Menezes de. *Em direção à Museologia latino-americana: o papel do ICOFOM LAM no fortalecimento da Museologia como campo disciplinar*. Dissertação de Mestrado, 2008.
- CASTRO, Angela Gomes. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- FOUCAULT, Michel. *A escrita de si*. In: O que é um autor? Lisboa: Passagens, 1992.
- GASPARI, Elio. *A ditadura envergonhada*. In: *A ditadura escancarada* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo: Ed. Centauro, 2004.
- HOBBSBAWN, Eric. *A Era dos Extremos: O Breve Século XX (1914 – 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- JAMENSON, Fredric. *O inconsciente político: A narrativa como ato socialmente simbólico*. São Paulo: Ática, 1992.
- LEMOS, Sandra Monteiro. *A “escrita de si” inventando “histórias de vida”*. Revista Horizontes, v. 27, nº 1, pp.91-104, 2009.
- LIMA, Priscilla Carreiro Rodrigues de. *Memória de Economista: Roberto Campos e o pensamento econômico entre 1945 e 1964*. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em História) - Universidade Federal de Goiás, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Noé Freire Sandes.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Troféus da guerra perdida. Um estudo histórico sobre a escrita de si de Gustavo Barroso*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2009.
- SANTOS, Myrian Sepúlveda. *História e memória: o caso do ferrugem*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.3, nº46, PP. 271-295, 2003.
- SCHEINER, Teresa C. *Apolo e Dionísio no templo das musas. Museu: Gênese, idéia e representações na cultura ocidental*. Tese de mestrado. UFRJ, 1998.
- SCHONS, Carme R; GRIGOLETTO, Evandra. *A escrita de si, memória e alteridade: uma análise em contraponto*. Anais da 1ª Jornada Internacional de Estudos do Discurso. Pp. 407-418

SIMONSEN, Mário Henrique. *A nova economia brasileira*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1976.